

Um pacto pelo Brasil

Antes mesmo de tomar posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva recolocou o pacto social na agenda política brasileira. Isso me fez recordar a viagem que organizei para Israel, em 1987, pelo PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), para conhecer o pacto social realizado naquele país, que permitiu acabar com uma inflação de 30% ao mês. A comitiva encontrou-se com a equipe econômica israelense e com o então primeiro-ministro Shimon Peres. Participaram dela uma dezena de empresários e lideranças sindicais da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que anos depois daria origem à Força Sindical.

Na época, a reunião de um grupo tão heterogêneo foi uma iniciativa surpreendente e que muitos achavam impossível. Lembro-me do papel fundamental do Lula nessa ocasião, empenhando-se comigo para quebrar resistências e preconceitos, apostando desde então na construção de um pacto social.

Se olharmos a relação dos países com melhores indicadores sociais, econômicos e de desenvolvimento humano, percebemos que todos têm em comum uma longa tradição democrática. A democracia desses países mais desenvolvidos passou do estágio de representativa, em que os cidadãos apenas votam e transferem aos eleitos a total responsabilidade pelos destinos da comunidade, para a democracia participativa, na qual os eleitos e os cidadãos compartilham essa responsabilidade.

Portanto, quando falamos de pacto social, falamos de um processo permanente, que envolve toda a sociedade numa série de debates e acordos sobre diversos assuntos de interesse comum. É uma cultura política que acredita na participação da sociedade e na negociação como formas de lidar com os conflitos, construir a paz social, consolidar a democracia e produzir melhores resultados a curto e longo prazos.

Não é, como alguns pensam, uma forma de eliminar ou mascarar as crises, mas um meio de lidar com os conflitos sem ser da forma autoritária, que pressupõe o confronto, a imposição e a violência como instrumentos de relação.

Para institucionalizar a participação da sociedade é fundamental criar instâncias que articulem a relação entre os diversos atores sociais. Os conselhos de desenvolvimento econômico e social constituídos em vários países – e o proposto pelo presidente eleito –

desempenham um papel importante, embora não único, na formação de consensos e na articulação de acordos. Esses conselhos são consultivos, emitem pareceres sobre propostas do Executivo e do Legislativo.

Tais pareceres têm um peso político muito grande, pela representatividade dos membros dos conselhos: são lideranças empresariais, dos trabalhadores, dos movimentos e organizações da sociedade e personalidades públicas de notória credibilidade. Os conselhos têm a participação dos membros do governo e do presidente ou primeiro-ministro do país, não substituem o Congresso e outros conselhos existentes, mas contribuem para que os interesses públicos sejam prioritariamente atendidos.

A política é a arte de fazer escolhas e elencar prioridades. O pacto deve começar estabelecendo os valores que devem balizar as políticas governamentais e o engajamento da sociedade. A partir dessa definição, várias negociações podem ser estabelecidas. Alguns ítems da agenda: as reformas fiscal e tributária, a reforma da Previdência, as reformas política e agrária e uma nova legislação ambiental.

Um pacto social poderá influir na elaboração dos orçamentos públicos. Por exemplo, se a educação for priorizada (deveria ser), poderemos, como muitos países fizeram, dimensionar os recursos necessários para garantir a todos os brasileiros uma educação de qualidade e pressionar para que esses recursos sejam intocáveis.

Aqueles que não conhecem em profundidade os processos participativos dos países mais adiantados, ou que ainda não se descontaminaram da herança do regime autoritário, colocam em dúvida a viabilidade do pacto social, confundindo-o com um caótico processo assembleísta ou com um mero pedaço de papel recheado de boas intenções.

A democracia participativa promoveu em muitos países profundas mudanças, que tiveram um impacto muito positivo. Precisamos elevar nossa auto-estima, perceber que temos uma oportunidade histórica de dar uma guinada no nosso destino e que somos competentes e capazes de levar o Brasil a integrar o grupo de países campeões do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

Oded Grajew